

REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO NA AMAZÔNIA: estudo da desterritorialização das famílias afetadas pelas Hidrelétricas Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA)

COLLECTIVE RURAL RESETTLEMENT IN AMAZON: study of the deterritorialization of families affected by the Santo Antônio (RO) and Belo Monte (PA) Hydroelectric Power Plants

Darlene Costa da Siva

Universidade Federal de Rondônia
costadarlene13@gmail.com

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

Universidade Federal de Rondônia
mada@unir.br

Resumo

A desterritorialização da população afetada com a construção das hidrelétricas Santo Antônio em Porto Velho/RO e Belo Monte entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu-PA transforma o modo de vida das famílias que viviam nas áreas que foram inundadas com o enchimento dos reservatórios. Neste sentido, objetivo geral é analisar dois reassentamentos construídos por hidrelétricas: um em Porto Velho, chamado Santa Rita, e o outro no Pará, denominado RRC, de modo a demonstrar as principais dificuldades para reintegração ao novo território. Os reassentamentos foram construídos como ação mitigadora das condicionantes, para amenizar, segundo o empreendedor, o impacto causado às famílias afetadas que foram deslocadas. As informações foram coletadas com revisão bibliográfica, documental, coleta de campo com fotos e dados obtidos com aplicação de formulários e entrevistas. Os reassentados convivem com as mudanças impostas pelo empreendedor que alteraram seu modo de vida e estão buscando constantemente recriar novos meios de produzir e de sobreviver longe do rio, tendo que se adequar a essas mudanças, que são rodeadas de desinformações, descaso e revoltas, sendo que a questão principal é a produção de energia e não a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Território. Desterritorialização. Territorialidade. Reassentamento. Amazônia.

Abstract

The deterritorialization of the affected population by the construction of the Santo Antônio Dam in Porto Velho, RO and Belo Monte Dam between Altamira, PA and Vitória do Xingu, PA, transforms the way of life of the families who lived in the areas

that were flooded with the filling of the reservoirs. In this sense, the general objective is to analyze two settlements built by hydroelectric plants: one in Porto Velho, called Santa Rita, and the other in Pará, called RRC, in order to demonstrate the main difficulties for reintegration into the new territory. The resettlements were built as a mitigating action of the constraints to mitigate the impact caused to the affected families who were displaced, according to the entrepreneur. The information was collected with literature review, documentary, field collection with photos and data obtained with application of forms and interviews. The resettled live with imposed changes by the entrepreneur who changed their way of life and are constantly seeking to recreate new ways of producing and surviving away from the river, having to adapt to these changes, which are surrounded by misinformation, neglect and revolts, and the main issue is the production of energy and not the improvement of the quality of life of the people involved.

Keywords: Territory. Deterritorialization. Territoriality. Resettlement. Amazon.

Introdução

O território amazônico vem sendo transformado com a construção de grandes obras de infraestrutura que estão inseridos na demanda dos projetos do governo federal. Essa apropriação da natureza envolve ações de grupos econômicos que incorporam novas formas de organização ao território, submetendo à população local a convivência com objetos estranhos e tecnificados. A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia destrutura a história de um povo, os programas e planos de desenvolvimento, crescimento e instalação de projetos provocaram impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais as famílias que viveram ou/ vivem neste processo de transição.

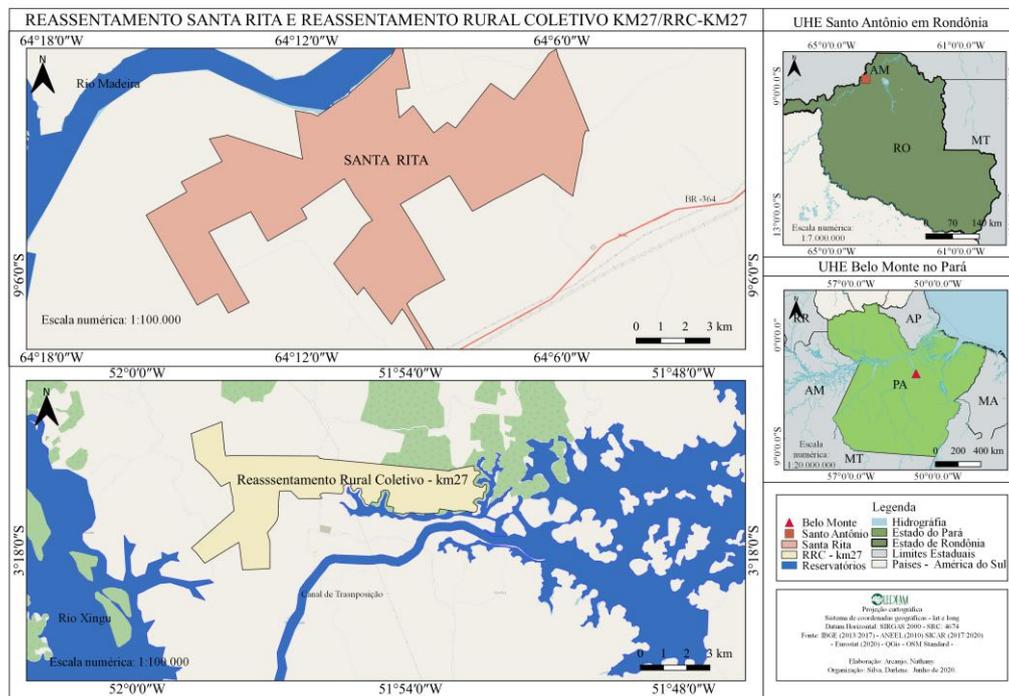
A construção de hidrelétricas gera uma movimentação de capital estrangeiro e investimentos que são direcionados para atender as empresas e grandes incorporações que se instalaram na região que domina o mercado em macro escala global. Esse processo torna-se destruidor quando os envolvidos são as comunidades que tinham suas pratica habituais naqueles locais rodeadas pela biodiversidade, porém marginalizadas pelo poder público que abre a concessão para a construção de hidrelétricas desconsiderando as diversas famílias que serão desterritorializadas para dar lugar a estrutura das hidrelétricas, sem avaliar as condições do modo de vida e atividades vitais dos moradores locais. Neste sentido, objetivo geral é analisar dois reassentamentos construídos por hidrelétricas: um em Porto Velho, chamado Santa Rita, e o outro no

Pará, denominado RRC, de modo a demonstrar as principais dificuldades para reintegração ao novo território.

A Amazônia com seus rios caudalosos, entre eles o Madeira e o Xingu, que são inseridos nos estudos de inventário e viabilidade técnica, os quais apontam a viabilidade para construção de complexos hidrelétricos. Os municípios de Porto Velho-RO, Altamira-PA e Vitória do Xingu-PA fazem parte desse processo com a construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio no rio Madeira e Belo Monte no Rio Xingu.

As famílias desterritorializadas foram reassentadas nos reassentamentos: Santa Rita, em função da construção da hidrelétrica Santo Antônio no rio Madeira, Estado de Rondônia, 10 km distante do centro da capital Porto Velho, e, em função da hidrelétrica Belo Monte no Pará as famílias foram reassentadas no Reassentamento Rural Coletivo (RRC), localizados no município de Vitória do Xingu. O mapa 1 mostra os dois reassentamentos estudados.

Mapa 1: Localização dos reassentamentos: Santa Rita/ RO e RRC/PA



Fonte: IBGE (2013/2017); ANEL (2010); SICAR (2017/2020) Eurostat (2020). Elaboração e organização de Arcanjo a partir da pesquisa de campo, 2017/2020
Responsável técnico: Nathany Melo Machado Arcanjo.

Os reassentamentos foram elaborados como forma de mitigação para recompensar os impactos gerados pelo processo de deslocamento compulsório, engendrando novas opressões e ameaças ao modo de vida dos afetados.

A pesquisa iniciou-se com a visita aos reassentados através de trabalho de campo em Rondônia e no Pará no ano de 2017/2018 e no primeiro semestre de 2019, a princípio reconhecimento da área de estudo e conversa com as lideranças para entender as mudanças no modo de vida dos reassentados que tiveram que montar estratégia de readaptação do território.

As entrevistas foram realizadas diretamente com as famílias deslocadas compulsoriamente para os Reassentamentos Rurais Coletivos Santa Rita e RRC, elas são as principais interlocutoras da experiência sobre o processo de desterritorialização a que foram submetidas, em decorrência da instalação das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Belo Monte, os marcadores que nortearam a escolha do entrevistado a princípio tempo de moradia na comunidade, liderança comunitária, pelo número de filhos, profissão na antiga moradia esses foram alguns elementos.

O planejamento amostral foi para balizar o universo da pesquisa pela disparidade da quantidade de lotes dos reassentamentos. Considerando o tamanho da amostra da população por lotes, pesquisando a distribuição, ficou da seguinte forma: No reassentamento Santa Rita-RO, com 153 lotes e uma amostragem de 51 lotes visitados, 86% dessas famílias foram entrevistadas, sendo que 14% das casas estavam fechadas. No RRC, com todos os 28 lotes existentes visitados, 82% das famílias puderam ser entrevistadas, enquanto 18% das casas estavam fechadas.

No reassentamento Santa Rita, com 153 lotes, dividimos em três setores: (SETOR 1), com 60 lotes, visitamos 20 residências para atingir um resultado plausível, ao nos depararmos com uma casa fechada, passaríamos para a mais próxima que tivesse um morador presente. (SETOR 2), com 27 lotes, visitamos 9, e no (SETOR 3), com 66 lotes, visitamos 22. O formulário unificado ano 2017 para os dois reassentamentos.

No RRC, com 28 lotes, todos foram visitados, embora a situação de alguns lotes não propiciasse a realização de entrevista porque estavam fechados. Pela estrutura do reassentamento, fizemos a divisão em dois setores: dos lotes 1 a 12 – (SETOR 1) e de 13 a 28 – (SETOR 2). No reassentamento RRC do Pará as visitas foram subsequentes

porque alguns projetos do grupo Laboratório de estudo das dinâmicas territoriais na Amazônia (LEDTAM), são desenvolvidas no reassentamento.

Os dados qualitativos e quantitativos foram sistematizados com o auxílio do software Excel em planilhas, que assim possibilitaram os produtos: tabelas e gráficos e na produção cartográfica foi utilizado o software livre Quantum Gis (QGIS), para a produção dos mapas.

O artigo está dividido nos seguintes tópicos: O território como conceito fundamental para definição da relação entre empreendedor e os desterritorializados, faz-se uma abordagem sobre território na concepção de alguns autores associando com a realidade dos reassentamentos rurais na Amazônia.

As hidrelétricas e a desterritorialização das famílias afetadas com enchimento dos reservatórios, faz -se um recorte temporal das hidrelétricas na Amazônia dando ênfase a hidrelétrica de Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA).

O Deslocamento do assentamento Joana D`arc (INCRA) ao reassentamento Santa Rita-Porto Velho /RO, analisando as mudanças no modo de vida dos afetados pela hidrelétrica que saíram do seu antigo território para recomeçar a vida em um novo território

O Deslocamento do reservatório do Xingu ao reassentamento RRC elaborado pela Norte Energia/PA, verificando o processo de transformação do modo de vida da população desterritorializada. Os reassentamentos propostos pelos empreendedores são marcados pela descon sideração da cultura das famílias, não levando em consideração o seu modo de vida particular, o conhecimento local e o uso e gestão dos territórios.

O território como conceito fundamental para definição da relação entre empreendedor e os desterritorializados.

A transformação do território antigo onde viviam as famílias afetadas pela construção de duas hidrelétricas demonstra a atuação dos projetos pensados para a Amazônia e a falta de preocupação com a perda do território da população local. O escopo desse artigo retrata como era a vida das pessoas antes da construção das hidrelétricas na Amazônia, especificamente no caso de Rondônia e do Pará. Que para Sack (1986),

O surgimento de um território vai estar sempre associado ao controle de uma área, este controle, contudo, pode adquirir diversos níveis de intensidade, pois vai depender de dois aspectos fundamentais: primeiro, do seu tipo, se é um controle mais funcional ou mais simbólico; segundo, dos sujeitos que o promovem, se é a grande empresa, o Estado, ou grupos sociais locais.

O território das hidrelétricas revela as relações marcadas pelo poder do empreendedor diante da população local que foi compulsoriamente deslocada de seu território, mostrando o poder exercido por pessoas ou grupos em todas as relações sociais. Sack (1986), apresenta conceitos de território e territorialidade humana, afirmando que os territórios são formas construídas socialmente e que tanto as relações quanto os efeitos espaciais dependem dos propósitos de quem está controlando quem. O território é um sistema físico e sêmico, socialmente construído. Desse modo, não se trata de um simples espaço delimitado, mas a esfera de ação em que indivíduos e grupos exercem sua territorialidade, isto é, buscam influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações. Nessa perspectiva, o território é condição para ação disciplinadora. Seu fundamento é influenciar, controlar e gerir pessoas e recursos. A essa medida, o disciplinamento pressupõe alocar no espaço controlado objetos e pessoas capazes de potencializar a hegemonia de grupos e classes.

Na perspectiva de Haesbaert (2005), o território é o produto de uma relação desigual de forças envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e a sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Essas relações variam muito, conforme, por exemplo, as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que se estiver a analisar.

Haesbaert (2015), ao apontar para uma multiterritorialidade, defende a que o território é mais que espaço de poder e influência são, por princípio, símbolo e memória coletiva e individual. Exatamente por isso, a territorialização é um processo lento, que inicia na produção social do espaço, perpassa as propostas de exploração de recursos, alcançando a vida cotidiana e a memória coletiva cristalizada no espaço enquanto marco da acumulação do tempo.

O processo de mudança que ocorre no modo de vida das populações que são afetadas pelas hidrelétricas, causa o deslocamento dos seus antigos territórios, na dimensão simbólica e funcional, levando esses atores a se adequarem a novos grupos dentro de um novo arranjo de relações forçadas pelo poder do empreendedor no local que vem a se instalar, surgindo assim os reassentamentos como forma de amenizar o processo de desconstrução da identidade dessas populações que são forçadas a deixar seu território antigo e se mudar para um novo.

Os deslocamentos desses moradores do campo para novos territórios com outra dinâmica de trabalho, promovendo a interrupção das relações familiares de vizinhança, evocam uma pluralidade de situações de transformação, retratadas em perdas, que contemplam o espaço físico, gerando o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas e de proximidade. (HAESBAERT, 1997)

Nesse sentido, a desterritorialização vai muito além do aumento da mobilidade e do desenraizamento cultural, pois os ribeirinhos deslocados compulsoriamente vivenciam a perda do controle físico e das referências simbólicas sobre os seus territórios (HAESBAERT, 2006).

As populações dos reassentamentos rurais coletivos da Amazônia, nesta pesquisa representados pelos reassentamentos Santa Rita e RRC, são os atores principais dessa trama causada pela instalação de hidrelétricas em seus territórios, concretizando a perda das suas moradias e dos seus laços de parentescos, da vizinhança e das suas relações simbólicas com os territórios destruídos, enterrando toda a história dessa população desterritorializada. A nova territorialidade desses atores sociais do campo, os reassentados, envolve um conflito de interesses em busca dos benefícios propagados pelas empresas construtoras para beneficiar os desterritorializados. Dessa forma, aufere-se certo desenvolvimento para a coletividade, mas com encargo excessivo para a população local.

A desterritorialização a que esses atores sociais do campo foram submetidos provocou e provoca consequências na realidade social muito além da capacidade reparatória da desapropriação, que foi resolvida por uma mera avaliação de indenização monetária, desestruturando o padrão de organização social, econômica, política, ambiental e cultural da população envolvida, desarticulando as relações de amizade, de parentesco e comunitárias e colocando numa situação embaraçosa a identidade coletiva e territorial das famílias afetadas.

As hidrelétricas e a desterritorialização das famílias afetadas com enchimento dos reservatórios

A hidrelétrica Santo Antônio construída a jusante, na região do Presídio da Ilha de Santo Antônio na cachoeira de Santo Antônio. (MENEZES e GUSMÃO, 2008,

P.6).¹ A obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, firmando como estratégica para o desenvolvimento da região Norte do país, particularmente para o estado de Rondônia, onde está instalada a 7 km do centro da capital Porto Velho.

A hidrelétrica Santo Antônio construída no rio Madeira, no Estado de Rondônia, composta por 50 turbinas instaladas com potência total de 3.568,3 MW. O leilão de concessão da usina aconteceu em dezembro de 2007. Os estudos de inventário e viabilidade aconteceram entre os anos de 2001 e 2006. Em setembro de 2008², as obras foram iniciadas e, em 30 de março de 2012 recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para iniciar sua operação. A conclusão da obra se deu em dezembro de 2016.

A hidrelétrica Belo Monte construída no rio Xingu entre as cidades de Altamira e Vitória do Xingu, no Estado do Pará. A terceira maior hidrelétrica do mundo, tem potência para gerar mais de 11.233,1 MW. A obra é parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O reservatório abrange três municípios diretamente Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu e ainda contempla os municípios de Anapu e Senador José Porfirio. O projeto de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte remonta inicialmente a 1975, a chamada Usina Kararaô, com o início dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu.

O leilão de concessão da usina aconteceu em abril de 2010. Em 23 junho de 2011, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 795/2011, permitindo o início das obras da UHE Belo Monte e, nessa mesma data, as obras foram iniciadas, e em 5 de maio de 2016 recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para iniciar sua operação. A conclusão da obra se deu em novembro de 2019.

O processo de construção de hidrelétricas na Amazônia desconsidera a relação que a população local edificou com território, destruindo as comunidades tradicionais que estavam entorno das áreas onde foram construídas as hidrelétricas de Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA). A edificação e modificação de todo o espaço para montagem de uma estrutura moderna e tecnológica que dar essência a hidrelétrica que desconstruiu

¹ O presídio da Ilha de Santo Antônio do Rio Madeira é lembrado como em funcionamento nos anos setenta a oitenta do século XX, fazendo uso de uma pequena ilha cercada pelas águas do Rio Madeira, um rio conhecido pela sua fúria devoradora.

² Informação coletada no site da hidrelétrica Santo Antônio Energia

o modo de vida e de trabalho dos moradores, gerando conflitos e tensões em relação aos empreendedores, que em suas ações defendem seus interesses baseando no lucro e na expansão de energia para as regiões desenvolvidas do território brasileiro. Cavalcante e Santos (2012) ao discutir as tensões que cercam o uso do território e dos recursos naturais no Rio Madeira em Rondônia dizem que:

Os projetos hidrelétricos dividem opiniões, ora aparece como uma possibilidade de desenvolvimento, em outra como impossibilidade e aniquilação de determinadas atividades. O choque de interesses frente à implantação das usinas hidrelétricas é convertido em tensões ambientais e sociais (CAVALCANTE e SANTOS 2012, p. 15).

A construção de hidrelétricas na Amazônia propiciou a elaboração de vários reassentamentos para transferir a população deslocadas das diversas localidades que foram afetadas durante o processo de instalação das usinas hidrelétricas. A desterritorialização gera tensões de diversas famílias tradicionais que foram reassentadas em outro território, dando origem aos reassentamentos Santa Rita (RO) e RRC (PA).

No Estado de Rondônia, com a instalação do complexo hidrelétrico do Madeira, o processo de desterritorialização abrangeu vários locais, dando início a uma tentativa de reterritorialização promovida pela hidrelétrica Santo Antônio Energia com os reassentamentos rurais coletivos: Vila Nova de Teotônio, Morrinhos, Riacho Azul, São Domingos, Novo Engenho Velho, Parque dos Buritis e Santa Rita, que é o estudado neste artigo.

O reassentamento de Santa Rita foi implantado em uma antiga fazenda, recebeu agricultores que moravam no Projeto de Assentamento (P.A.) Joana D'Arc, do INCRA, localizado à margem esquerda do rio Madeira, e parcialmente afetado pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio. E está localizado a 54 quilômetros de Porto Velho, o núcleo fica próximo à rodovia BR-364, composto por 153 lotes rurais, a moradia é o primeiro arranjo providenciado pela empreendedora Santo Antônio Energia, em seguida a infraestrutura que dispõe dos seguintes serviços: Posto de saúde(A); Escola Municipal Flor do Cupuaçu(B); Igreja católica (C) e igreja evangélica (D) na figura 01.

Figura 1: Estrutura de serviços do Reassentamento Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

O principal objetivo da construção do Reassentamento Santa Rita foi atender ao Programa de Remanejamento das Populações Atingidas e receber 135 famílias do Projeto de Assentamento Joana D'Arc, que moravam em uma das áreas de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. (SANTO ANTÔNIO ENERGIA, 2015).

No estado do Pará, foi construído o Reassentamento Rural Coletivo (RRC), projeto elaborado pela Norte Energia³ no município de Vitória do Xingu, no Travessão do km 27, rodovia Transamazônica. Segundo os dados da Norte Energia, foram reassentadas 28 famílias entre junho de 2015 e novembro de 2016. Os lotes de 75 hectares foram divididos em 15 hectares para uso agrícola, atividade de piscicultura ou criação de galinha.

No decorrer do processo de negociação e pressão dos movimentos organizados como: Xingu Vivo, Conselho Ribeirinho, e os órgãos públicos Ministério Público Federal, Defensoria pública da União, Defensoria pública estadual, elaboram duas modalidades de reassentamento: Reassentamento individual em área remanescente (RAR) e o Reassentamento em ilha remanescente (RIR).

O deslocamento do assentamento Joana D'arc (INCRA) ao reassentamento Santa Rita-porto Velho /RO

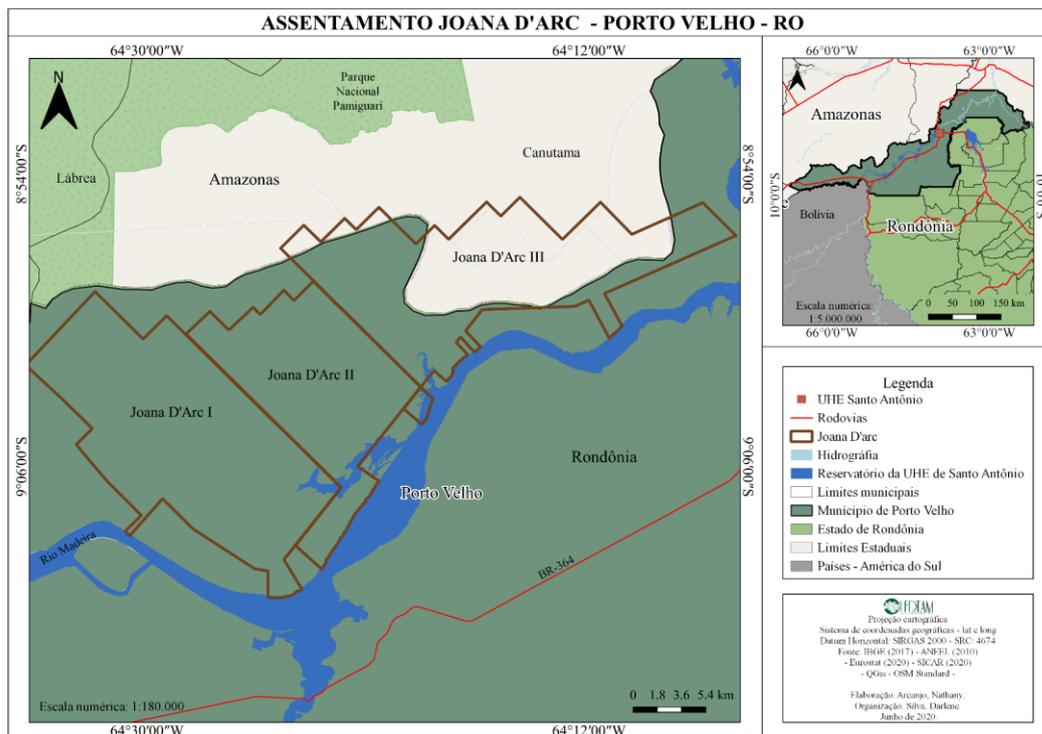
O projeto de Assentamento Joana D'Arc foi criado em 2000 para atender 1.070 assentados. Esse complexo tem três assentamentos denominados (Joana D'Arc I, Joana D'Arc II, Joana D'Arc III), conforme mapa 02, interligados por estradas de cascalho denominadas travessão e abrange áreas de 02 Estados (Rondônia e Amazonas) e dois

³ Empresa responsável pela construção da hidrelétrica Belo Monte.

municípios (Porto Velho/RO e Lábrea/AM). (SANTO ANTÔNIO ENERGIA, 2015). O acesso a esses assentamentos parte da margem esquerda da BR-319, no sentido Porto Velho - Manaus, com distância de 120 km para o município de Porto Velho, cidade mais próxima e base estrutural dos assentados.

O projeto tem 20 anos de efetivação, embora tenha poucos assentados pioneiros pela característica de rotatividade desse empreendimento, sendo comum encontrar lotes em que o assentado seja o terceiro, quarto ou até o quinto a ocupar aquela terra.⁴ O Projeto de Assentamento Joana D'arc foi criado e está sob a responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O assentamento Joana D'arc foi parcialmente desterritorializado e as famílias afetadas foram transferidas para o reassentamento Santa Rita como parte da compensação e das condicionantes que a hidrelétrica Santo Antônio teve de cumprir para reparar os danos causados à população local.

Mapa 2: Assentamento Joana D'Arc – Porto Velho - RO



Fonte: IBGE (2013/2017); ANNEL (2010); SICAR (2017/2020) Eurosat (2020). Elaboração e Organização de Arcanjo a partir da pesquisa de campo, 2017/2020.
Responsável técnico: Nathany Melo Machado Arcanjo.

⁴ <http://www.emater.ro.gov.br/siteemater/noticiaview.php?id=377>

Do total de lotes que constituem o Assentamento, 176 ficaram dentro do polígono de alagamento da UHE Santo Antônio, com referência na cota de inundação em 70,5m + Área de Remanso + APP. Todas as famílias residentes nesses lotes atingidos foram remanejadas para um novo assentamento, o Reassentamento Santa Rita, construído pela hidrelétrica Santo Antônio Energia (SAE) que, por determinação do INCRA, teve a finalidade exclusiva de receber os parceiros⁵ do Projeto que tiveram de ser realocados.

Com o projeto básico complementar alternativo (PBCA), o consorcio responsável pela hidrelétrica alega a necessidade da elevação da cota do lago de 70,5 m para 71,3m, com essa projeção, mas 56 lotes no P.A. Joana D'arc são afetados, totalizando 232 lotes atingidos (176 pelo NA 70,5m e 56 pelo NA 71,3m), distribuídos entre as partes I, II e III, de um total de 903 lotes constituintes desse P.A, no quadro 01.

Quadro 1: Contabilização de lotes atingidos em cada cota de inundação

PROJETO DE ASSENTAMENTO JOANA D'ARC							
PROJETO DE ASSENTAMENTO	TOTAL DE LOTES	ATINGIDOS 70,5m	%	ATINGIDOS 71,3m	%	LOTES NÃO ATINGIDOS	%
JOANA D'ARC I	292	49	16,78	17	5,82	226	77,40
JOANA D'ARC II	217	49	22,58	5	2,30	163	75,12
JOANA D'ARC III	394	78	19,80	34	8,63	282	71,57
TOTAL	903	176	19,49	56	6,20	671	74,31

Fonte: Santo Antônio Energia⁶

Os demais lotes em que constavam parceiros não residentes e/ou não reconhecidos pelo INCRA como regulares, receberam indenização conforme laudo de avaliação patrimonial ou foram realocados para outros reassentamentos construídos pela SAE, segundo critério de avaliação de elegibilidade. O perfil das atividades desenvolvidas pelas famílias que ali residem e que comumente são observadas se constitui basicamente de agricultura familiar, com plantio de macaxeira para a produção de farinha e atividades ligadas ao extrativismo, como o de castanha, açaí e madeira.

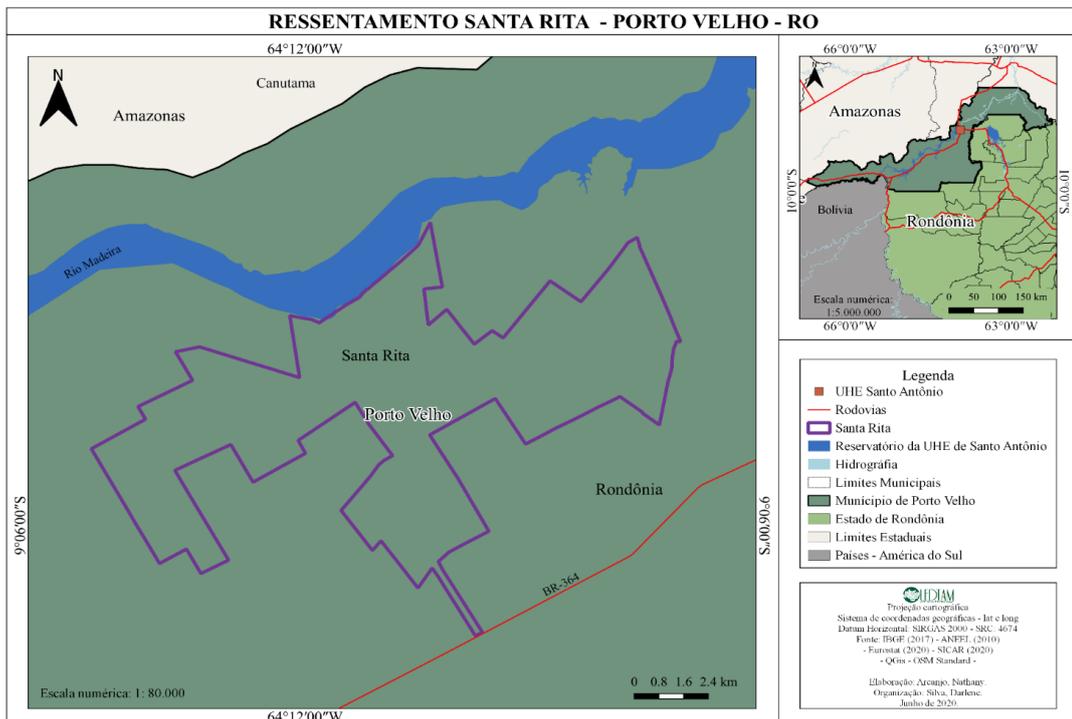
⁵ O art. 4º, inciso VII, do Estatuto da Terra, estabelece que “parceiro” é aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada.

⁶www.santoantonioenergia.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Otimizacao-UHE-Santo-Antonio-Informacoes-Adicionais-atend-Oficio-IBAMA-380-2012-Final-Parte-1.pdf

Reassentamento Santa Rita-Porto Velho /RO

O reassentamento Santa Rita foi escolhido para receber os moradores do P.A. Joana D'Arc, situado apenas a 54 km da capital e ocupa uma área equivalente a 2.300 hectares. O local pode ser acessado por meios da BR-364 e/ou rio Madeira,⁷de acordo com o mapa 03.

Mapa 3: Reassentamento Santa Rita – Porto Velho- RO



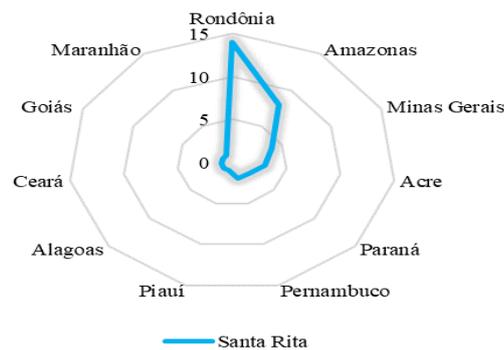
Fonte: IBGE (2013/2017); ANNEL (2010); SICAR (2017/2020) Eurostat (2020).
Elaboração e organização de Arcanjo a partir da pesquisa de campo, 2017/2020.
Responsável técnico: Nathany Melo Machado Arcanjo

A empresa construtora da hidrelétrica de Santo Antônio utilizou duas medidas para a (des)territorialização da população afetada: a indenização e o reassentamento. No Estudo de Impacto Ambiental (EIA), estava previsto o Programa de Remanejamento da População Atingida que foi proposto através do Projeto Básico Ambiental (PBA). A indenização consistiu no pagamento, em dinheiro, do valor referente aos bens e atividades dos afetados pela hidrelétrica, já os reassentamentos eram as novas áreas de moradia construídas para a população afetada.

⁷ www.rondoniao vivo.com/geral/noticia/2010/10/04/reassentamento-santa-rita-e-escolhido-para-receber-moradores-do-pa-joana-darc.html

As famílias que reside no reassentamento Santa Rita são oriundos de diversas regiões do país, que saem do seu estado de origem em busca de melhores condições de vida e migram pelo território brasileiro. Para silva, (2018, p.27), o fato de seus avós e/ou pais terem se deslocado, oriundos de outras regiões, para o estado pelo anseio de ter a terra própria. A origem dos reassentados são apresentados no gráfico 01.

Gráfico 1: Origem dos reassentados/ Santa Rita



Fonte: Coleta de campo (2017); Elaboração e organização ARCANJO (2020).

A política do governo federal, alojava essas famílias nos assentamentos rurais aos longos das rodovias e dos rios da região Amazônica, fornecendo terra para trabalhar. O reassentamento Santa Rita recebeu agricultores que moravam no Projeto de Assentamento (P.A.) Joana D'Arc, do INCRA. Localiza-se à margem esquerda do rio Madeira e é parcialmente afetado pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

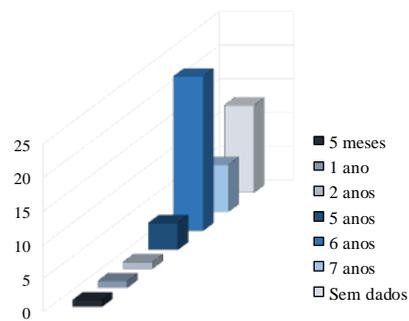
O reassentamento Santa Rita recebeu moradores dos três elos do assentamento Joana D'Arc. A maioria não tinha uma relação proximal com o outro território, mas passaram a morar num mesmo núcleo após a desterritorialização gerada pela construção da hidrelétrica, que afetou somente as moradias próximas ao rio Madeira.

Os afetados são reassentados em um novo território para recomeçarem a vida com outras pessoas que não pertencem aos seus elos familiares e culturais. Os aspectos subjetivos desses reassentados são violados. De acordo com Rey (2002, p. 29) os valores são definidos como simbólicos produzidos pela cultura e práticas que configuram a nossa ação subjetiva.

Essa ação subjetiva, portanto, era a relação com o rio. Todavia, esse modo de vida ribeirinho que praticava a pesca, morava-se próximo ao local de trabalho, praticava-se a atividade extrativista e os elos de parentescos e vizinhança foram

desconsiderados pelo empreendedor. As famílias do reassentamento rural Santa Rita possuem uma trajetória de vida diversificada e estão há mais de sete anos exemplo no gráfico 02, construindo uma nova dinâmica de readaptação no novo território.

Gráfico 2: Tempo de moradia/ Reassentamento Santa Rita



Fonte: Coleta de campo (2017); Elaboração e organização ARCANJO (2020).

Os reassentamentos são formados por uma determinada comunidade de origem, no caso dos estudados, houve a junção de mais de um assentamento que se estabeleceu num mesmo reassentamento, formando uma nova comunidade. Como consequência há o desencontro, desajuste da prática cotidiana, que por vezes determina a busca por um novo encontro, nem sempre feliz.

Sabem por que somos manipulados e obrigados a morar aqui, somos pobres, a maioria analfabetos, sem leitura. Quem tem um pouco de conhecimento são os que estão bem aqui dentro, tem tanque de peixe, maquinário na porta, carro para transportar seus produtos. Se eu for morar em Porto Velho não vou conseguir emprego, não sei nem assinar o nome, então o jeito é ficar por aqui e, esperar a morte, já sou velho fica mais difícil recomeçar. Sou lembro das boas pescarias que fazia com meus antigos vizinhos. (Entrevistado, 2019)

O depoimento apresenta um cenário de transformação decorrente da desterritorialização, os impasses, as permanências e as rupturas com antigas práticas desenvolvida pelo reassentado. Segundo Harvey (1980, p.67), a própria “heterogeneidade de valores culturais e sociais pode tornar impossível aos grupos chegarem a uma posição de negociação válida”. As insatisfações vão permear as negociações individuais e evidenciar os benefícios auferidos pelas lideranças.

O modo de vida das famílias reassentadas, nesse contexto de desterritorialização, passa por um processo de reestruturação e ressignificação de luta pela terra. Os trabalhadores rurais são os atores sociais da Amazônia que são agredidos e têm seus

direitos violados pela ação dos grandes projetos, as hidrelétricas, resultando no confronto entre a população local e os atores hegemônicos do capital, gerando trauma e tensões. O território vira palco de disputa e os privilegiados são para os projetos do Governo Federal por meio das empresas construtoras.

A interferência do capital nas produções agrícolas familiares no reassentamento vai sendo alteradas de acordo com a estrutura, dinâmica e organização das associações que reflete na forma autônomo que vão tecendo com o mercado consumidor. No reassentamento essas famílias vão reconstituindo seu modo de vida praticando diversas atividades dentro do processo de readaptação no novo território vão desenvolvendo atividades ligadas à agricultura mesmo diante de toda a dificuldade enfrentada.

Elas iniciam uma territorialização, com outro referencial, outro local para trabalhar, plantar e tirar seu sustento. Essa territorialização, fundamentada por Guattari e Rolnik (1996), vislumbra o novo território como uma forma de apropriação onde vão fazer suas atividades como a plantação ou produção farinha buscando sempre uma condição de vida melhor, como mostra o mosaico da figura 02.

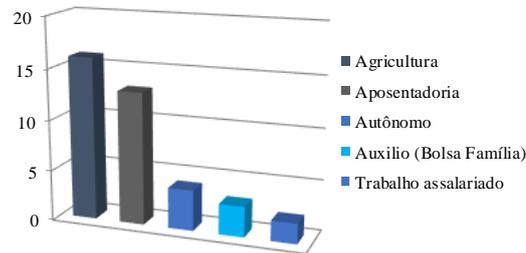
Figura 2: Atividades no Reassentamento Santa Rita/ RO



Fonte: imagens registradas / Pesquisa de campo, realizada em setembro, 2017.

No reassentamento Santa Rita, em busca de melhorar a renda, produz-se uma diversidade de produtos na tentativa de poder realizar uma boa safra e ter condições de sustentar a família. O gráfico 03 apresenta as atividades desenvolvidas pelos reassentados no reassentamento Santa Rita, esse cenário mostra que 42% da base de renda ainda é a agricultura, prática exercida no antigo território. As famílias estão com dificuldades para o reestabelecimento das atividades produtivas ocasionadas principalmente pela qualidade do solo.

Gráfico 3: Fonte de renda – Reassentamento Santa Rita/RO



Fonte: Coleta de campo (2017); Elaboração e organização ARCANJO (2020).

Os reassentados desenvolvem o poli cultivo com uma variação de plantação frutas como banana, açaí, cacau, laranja, abacaxi, biriba, acerola, manga, grão como milho, feijão, hortaliças, peixes, carnes variadas (porco, carneiro, gado), queijo e seus derivados; produtos artesanais como pano de prato, boneca e tapetes e saborosos doces; e salgados, bolos e tortas.

Deslocamento do reservatório do Xingu ao reassentamento elaborado pela Norte Energia.

O Reservatório do Xingu, foi subdividido em três setores: Margem Direita, Margem Esquerda e Ilhas que ocupam o território de três municípios (Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo). A margem direita está integralmente situada no município de Altamira, a margem esquerda abrange os três municípios, e o setor das Ilhas distribuem-se pelos municípios de Altamira e Vitória do Xingu (EIA, p.29, 2009).

A Área Diretamente Afetada (ADA) pela UHE Belo Monte, localizada na região do setor da Margem Direita Reservatório do Xingu (Município de Altamira) corresponde a áreas inseridas integralmente no município de Altamira, abrangendo um total de 261 imóveis rurais (lotes basicamente constituídos por projetos de assentamento sob jurisdição do INCRA. (EIA, 2009, P.29). As famílias foram remanejadas para um novo local, o que resultou em restrições nas atividades econômicas e na movimentação do comércio advindo da pesca.

As localidades situadas no setor Margem Direita Reservatório do Xingu são os Núcleos de Referência Rural Transassurini e Mangueiras (Cana Verde). O núcleo Transassurini é o local onde atracada a balsa que interliga a estrada vicinal de mesmo nome à cidade de Altamira, sendo o principal eixo rodoviário da região dos assentamentos Assurini, Morro das Araras, Ressaca e Itapuama. (EIA, 2009, p.126).

O Núcleo de Referência Rural Mangueiras, também conhecido como Cana Verde, denominação emprestada do imóvel que se chama Sítio Cana Verde (XD-0004), está situado a pouco mais de 3 km a jusante da barragem principal, em frente à ilha ocupada pelas instalações do canteiro de obras do Sítio Pimental (EIA, 2009, p.128).

As Ilhas do Reservatório do Xingu, Área Diretamente Afetada (ADA) pelo UHE Belo Monte, localizam-se em terras dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, abrangendo um total de 209 imóveis rurais (EIA, 2009, p.256). Assim, quanto à condição de ocupação dos imóveis rurais, foram identificadas cinco categorias, a saber: proprietário, meeiro/parceiro, agregado, produtor agropecuário do mesmo estabelecimento rural e não produtor.

Reassentamento Rural Coletivo (RRC)/PA

O Reassentamento Rural Coletivo – (RCC), localiza no município de Vitória do Xingu/PA, no Travessão 27km da rodovia Transamazônica. É resultado do projeto elaborado pela Norte Energia como política mitigatória de compensação para famílias que ocupavam áreas rurais atingidas pelo lago da UHE Belo Monte. Recebeu a construção de casas e infraestrutura básica em 28 lotes rurais de 75 hectares cada, ocupando uma área total de aproximadamente 2,4 mil hectares. Nesta área tem 30 lotes no total, mas dois são áreas protegidas pelo patrimônio histórico por se trata de sítios arqueológicos. A previsão, com base na análise preliminar do Cadastro Socioeconômico (CSE), realizado na área rural, é a de que exista cerca de 150 famílias de não proprietários rurais residentes com potencial de elegibilidade para a modalidade de RRC. (NORTE ENERGIA, 2018).

Os beneficiários elegíveis para essa modalidade estão entre proprietários/posseiros residentes com imóveis menores que um módulo fiscal de área (75 ha), ocupantes e residentes de ilhas, parceiros, meeiros, ocupantes do mesmo imóvel (incluindo familiares, em sua maioria filhos), arrendatários, agregados e outros moradores, com perfil para opção pelo reassentamento nas áreas remanescentes do Reservatório Xingu e Ilhas, desde que tais áreas se enquadrem nos critérios de suporte ao reassentamento.

Esses espaços não supriram a necessidade dos reassentados. Essas famílias transferidas compulsoriamente para um novo território, precisaram se adaptar às novas

condições de subsistência e suprir suas necessidades básicas, como o acesso à saúde, educação e segurança pública.

O reassentamento não consta com escola e posto de saúde, dificultando o processo de reterritorialização dos moradores. Para o acesso à educação, as pessoas precisam se deslocar para uma escola localizada no km 18, agrovila Leonardo D'Vinci, a qual disponibiliza apenas séries do ensino fundamental menor e maior.

No caso dos estudantes que precisam de acesso ao ensino médio, é necessário o deslocamento até as escolas do município de Altamira ou Vitória do Xingu. Para tratamento médico se deslocam para a comunidade Baixada, Leonardo D'vinci, Altamira, Anapu, Vitória do Xingu entre outros. Os espaços disponíveis aos moradores para a convivência comunitária, são um galpão comunitário (A), utilizado para reuniões da associação, e um campo de futebol (B), para socialização e práticas esportivas, como mostra a figura 03.

Figura 3: Áreas de lazer /RRC



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

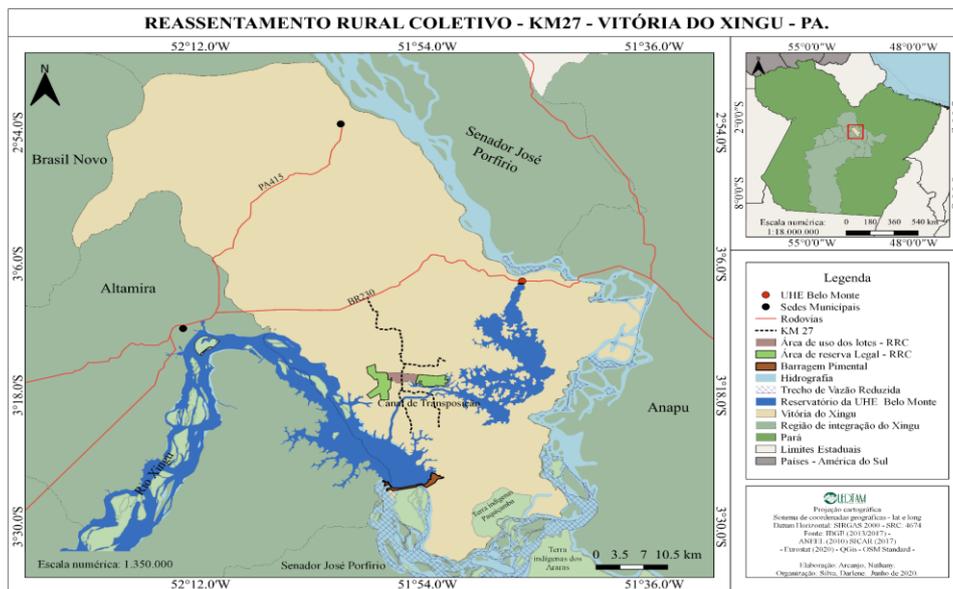
Essas populações passam a ter sua organização social e econômica desestruturada diante das mudanças impostas pelos atores hegemônicos do capital, que têm seus interesses e não medem esforços para que prevaleçam os seus projetos, de modo a refuncionalizar esse território, provocando situação semelhante à descrita por Cavalcante (2012), ao assumir que o território se transforma, tecnifica-se, (re)organiza-se e se (re)funcionaliza. O RRC tem sido (re)funcionalizado à medida que as famílias remanejadas do entorno do reservatório da hidrelétrica vão tentando produzir seus novos territórios.

O Território foi sendo transformado e organizado pela territorialização dos reassentados nos lotes de forma diferenciada, tendo em vista que nem todas as famílias

foram reassentadas nos mesmos períodos, esse processo de readaptação se deu de forma desigual. As mudanças ocorridas na organização social, econômica e cultural desses reassentados, enfrentam a luta pela reprodução de seus modos de vida em novos e diversos territórios que visam à conquista de outras possibilidades para continuar se refazendo.

Os reassentados são atores que vivem um processo de mudança no seu cotidiano e têm uma forma de percepção do refazer, num tempo lento, pautado na dinâmica da natureza/rio. Enquanto para a empresa construtora, essa dinâmica acontece numa temporalidade rápida, que incide na construção e reconstrução da reprodução do capital. No mapa 04, a localização do reassentamento elaborado pela Norte Energia como forma de compensar as famílias que moravam em áreas rurais e ilhas atingidas pelo reservatório de Belo Monte.

Mapa 4: Reassentamento Rural Coletivo- km27- Vitória do Xingu- PA



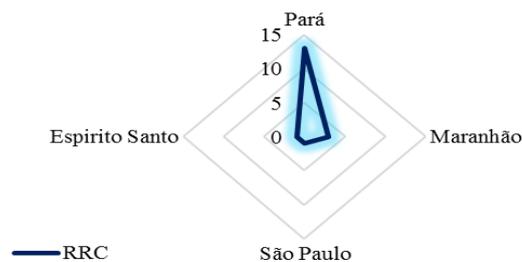
Fonte: IBGE (2013/2017); ANNEL (2010); SICAR (2017/2020) Eurosat (2020).
Elaboração e organização de Arcanjo a partir da pesquisa de campo, 2017/2020.
Responsável técnico: Nathany Melo Machado Arcanjo

Os reassentamentos construídos são um exemplo da nova forma de organização do território rural na Amazônia brasileira, pois, segundo Cavalcante (2012), ocorre uma ruptura na forma de organização territorial dessas comunidades, que agora [...] parte da ótica do capital privado através do olhar da empresa construtora que substitui as antigas

comunidades tradicionais reassentados rurais na Amazônia, padronizando casas de alvenaria, cercas que dividem o terreno, perdendo, assim, o caráter das moradias caboclas da floresta amazônica, dificultando o acesso aos recursos naturais, principalmente ao rio.

Essa população percorreu um longo caminho até se alocado no RRC, uma dinâmica de migração com seus avós, pais e ou/ parentes motivados pela busca de melhoria de vida, e a oferta de trabalho na região do Xingu. De acordo com Silva (2013, p.58) A maioria migrou em busca de terras, motivados pelos grandes empreendimentos do governo Federal, principalmente no período da construção da transamazônica. Conforme gráfico 04.

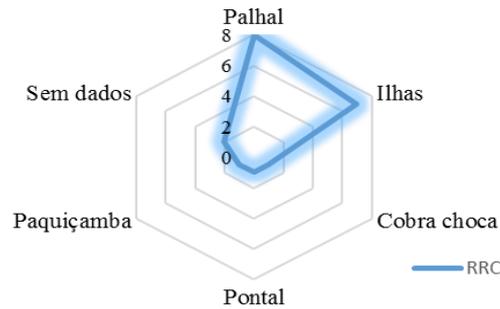
Gráfico 4: Origem dos reassentados/RRC



Fonte: Coleta de campo (2017); Elaboração e organização ARCANJO (2020).

Segundo Herrera e Guerra (2006) a descapitalização dos pequenos agricultores familiares alicerçados às conquistas de novas terras para o desenvolvimento das atividades agrícolas, foram às características marcantes da ocupação espontânea observada ao longo da região. Esse trajeto não foi realizado direto para o RRC, antes buscaram estabilidade em outras localidades da região do Xingu, principalmente próximo ao rio. De acordo com Silva (2013, p. 57), a maioria saiu na juventude de sua terra natal, os motivos: trabalho, estudo, afeto e o sonho de ter a propriedade da terra. A população que reside hoje no reassentamento morava em diversas partes do reservatório do rio Xingu, com predominância para os que viviam na comunidade do Palhal, conforme o gráfico 05.

Gráfico 5: localidade anterior/RRC

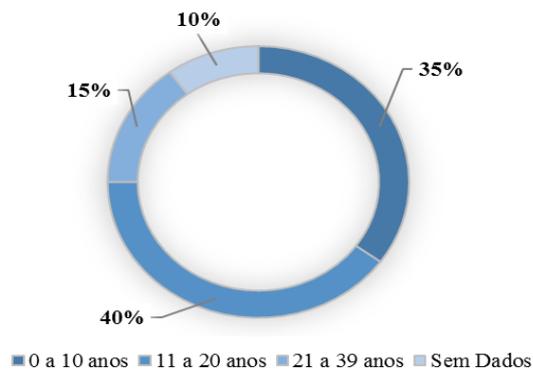


Fonte: Coleta de campo (2017); Elaboração e organização ARCANJO; SILVA (2020).

Ao elaborar o EIA/RIMA, a empresa deve apresentar um plano das alternativas de remanejamento das famílias cujas terras serão atingidas com a construção da usina. A apresentação desse plano é necessária para a concessão da Licença Prévia, através da qual o órgão licenciador atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

O referido plano deve incluir um programa de reassentamento da população, que preveja não apenas instalações físicas e equipamentos sociais, mas apoio técnico e financeiro e outras providências que visem assegurar, em médio prazo, a integração social e a autossustentação econômica dos reassentados. No antigo território já contavam com algumas benfeitorias que lhe garantia uma renda pelo tempo de convivência na propriedade conforme o gráfico 06.

Gráfico 6: Tempo de moradia anterior/RRC



Fonte: Coleta de campo (2017); Elaboração e organização ARCANJO; SILVA (2020).

Essa dinâmica de deslocamento, desfavoreceu a saída da antiga moradia, pois já tinham uma trajetória e um núcleo consolidado que foram construindo e adequando às transformações de acordo com as necessidades para as atividades econômicas. O território no reassentamento é usado para desenvolver a agricultura com plantios diversificados como mostra a figura 04. (milho, cacau, banana, mamão, abacaxi, maracujá, mandioca e outros), utilizando as práticas e técnicas rudimentares, pois tanto a plantação quanto a colheita são feitas manualmente, o que garante a continuação do sustento da família.

Figura 4: Plantio diversificado



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O relato do entrevistado respalda o sucesso do plantio apresentado em um certo período do ano.

A terra é ruim e mesmo com adubo as plantações morrem, plantei arroz, macaxeira, milho entre outros, mas não prestou. A terra é muito seca, as mudas de cacau morrem antes de começar a produzir, falta água, uma irrigação para as plantações, mas no período do inverno, conseguimos uma boa produção de diversas plantações, mas quando chega o verão as plantações às vezes morrem e caem a produção, aí fica difícil até para termos na nossa alimentação (Entrevistado, 2020).

Corroborando com a fala do entrevistado acima, sobre os pontos negativos relacionados as questões físicas que apresentam o solo do Reassentamento Rural Coletivo, tem-se como embasamento que:

O solo do RRC km 27 apresenta um histórico de uso intensivo em pastagem indicando que ele é fragilizado fisicamente, para tal afirmação, foi observado, durante as pesquisas de campo um grau significativo de compactação desse solo, demonstrando que este sofreu diversos processos antrópicos, instituindo fatores negativos no estabelecimento de qualquer cultura agrícola. Além disso, fica evidente na fala de alguns reassentados que a terra não é propícia para as atividades agrícolas que foram estimulados a cultivar. (ARCANJO, 2019, p.15)

Para as práticas agrícolas que anseiam realizar no RRC, o solo necessita ser reequilibrado com os fatores físicos (grau de compactação, água) e químicos (adubação, matéria orgânica, fertilidade).

Considerações finais

O processo de desterritorialização ocorre a partir do momento em que as famílias são visitadas e informadas de que serão retiradas da sua moradia, ficando sem possibilidade de trabalhar na terra, no rio e na floresta, o que afeta seu vínculo social e simbólico com o território, desarticulando todo o seu modo de vida. As construções de hidrelétricas excluem a população local, forçando as famílias a viverem em novos territórios desprovidos de valores sociais e vínculos de pertencimento.

Os grandes projetos que são desenvolvidos na Amazônia desorganizam os costumes cotidianos das populações locais. Os projetos hidrelétricos, como Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA), impõem novas dinâmicas socioespaciais para as famílias afetadas pela construção das usinas, ao transferi-las para um território desconhecido. As famílias foram levadas a buscarem novos meios de se reorganizarem, novas estratégias e novas formas de se relacionarem com os outros reassentados, pois houve a necessidade de se refazerem em um novo território, tentando manter a identidade do antigo.

A (des)territorialização vivenciada por essas famílias tornou mais difícil a reprodução de suas vidas, perdendo os elos simbólicos, culturais, religiosos, familiares e de vizinhança, que eram compartilhados durante muitos anos. Os reassentados não foram remanejados das mesmas localidades, o que aumentou a distância entre o elo afetivo e a convivência no espaço.

Essas barreiras impostas pela nova dinâmica de vida a que foram obrigados a compartilhar no reassentamento, levam à possibilidade de criar estratégias de uma territorialidade para sobreviver ao processo de (des)territorialização gerando um conjunto de sofrimento, causando um adoecimento concreto dessas populações que não são contabilizadas pelo empreendedor que transforma os recursos naturais da Amazônia. As populações rurais do campo sempre enfrentaram a descontinuidade das ações desses grandes projetos de desenvolvimento que sempre excluem e discriminam a população rural local.

REFERÊNCIAS

ARCAJO, Nathany Melo Machado. **Produção do Espaço do Reassentamento Rural Coletivo km27 Vitória do Xingu/ PA**. 2019.36f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente**. Tese (doutorado)–Universidade Federal do Paraná-UFPR. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG. –Curitiba, 2012

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. **Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia**. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 15, 2012.

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL. Vol III, 2011. Disponível em:
<http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/anexos/File/BeloMonte/PBA/Volume%20III>

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. “Da desterritorialização á multiterritorialidade” in **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**; Universidade de São Paulo; São Paulo, Brasil. 2005.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Territórios Alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. Tradução de Armando C. da Silva. São Paulo: Hucitec. 1980.

HERRERA, José Antônio e GUERRA, Gutemberg A. Diniz. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica**. N. 14. Textos do NEAF. UFPA. Belém. 2006. 13 p.

MENEZES, Nilza; Gusmão, Deyvesson Israel (orgs.). **Presídio da Ilha de Santo Antônio do Rio Madeira**. Porto Velho, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Centro de Documentação Histórica, 2005.

NORTE ENERGIA. **Projeto de Reassentamento Rural**. 2018.

REY, Fernando L G. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, D. C. da. **As Transformações no espaço agrário da comunidade Babaquara, município de Altamira-Pará**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia). Universidade Federal do Pará, Altamira - PA.

SILVA, D.C. da. **Uma interpretação geográfica dos impactos da hidrelétrica Belo Monte: Estudo de caso da Vila Santo Antônio e da Comunidade Babaquara na microrregião de Altamira-PA**, 153f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2018.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA, 2015. Disponível:
<http://www.santoantonioenergia.com.br/desenvolvimento/dev>. acessado 12-02-2019.

Recebido em 10/07/2021. Aceito para publicação em 22/02/2022.
--